

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.632 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO DE 2003

“Basta vontade política para fazer as reformas”, diz Sarney

Novo presidente da Casa, eleito no sábado, afirma que é possível aprovar “com a velocidade de que o país necessita” duas reformas fundamentais na agenda do Executivo: a tributária e a da Previdência. Mas, segundo ele, o Legislativo – “a começar pelo Senado” – deve ter sua própria agenda, para a qual indicou a reforma política.

PÁGINA 3



Célio Azevedo



Roosevelt Pinheiro

Senadores participam da solenidade de posse. Em seguida, elegeam Sarney, que preside a escolha dos demais membros da Mesa

Empossados, senadores elegeam a nova Mesa

Senadores usaram painel eletrônico para elegear chapa integrada por dois candidatos a vice-presidente, quatro secretários e outros quatro suplentes de secretário.

PÁGINA 4



Os 54 novos senadores prometem guardar a Constituição e desempenhar lealmente o mandato conferido pelo povo

Senadores eleitos em outubro tomam posse

Cerimônia, presidida por Antero Paes de Barros, teve a participação do presidente do Tribunal de Contas da União, ministros e governadores

Em reunião que durou 15 minutos, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), os 54 senadores eleitos no dia 6 de outubro último – dois terços da composição do Senado – tomaram posse na manhã de sábado. Em seguida, foi eleito o novo presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP). Já investido no cargo, Sarney presidiu a eleição para os demais cargos da Mesa do Senado.

Participaram da cerimônia 79 senadores. Também estiveram presentes os ministros do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner, e da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano da Silva; o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Valmir Campelo; os governadores de Goiás, Marconi Perillo, e da Bahia, Paulo Souto; e familiares e amigos dos eleitos, que ocuparam a

tribuna de honra e as galerias do Plenário. Mais de mil convidados acompanharam a posse em telões instalados no Salão Negro e no Auditório Petrônio Portella.

Ao abrir a sessão, às 11h30, Antero Paes de Barros anunciou que os novos senadores haviam encaminhado à Mesa os diplomas expedidos pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e demais documentos exigidos, que serão publicados no *Diário do Senado Federal*. Em seguida, o presidente da reunião – secretariado pelo então 4º secretário do Senado, Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) – convidou o senador eleito Tasso Jereissati (PSDB-CE) a prestar o compromisso regimental.

Das galerias, após os senadores eleitos terem prestado compromisso e Antero Paes de Barros tê-los declarado investidos nos mandatos, a banda do Grupoamento dos

Fuzileiros Navais de Brasília executou o Hino Nacional.

Antes de declarar encerrada a reunião preparatória destinada à posse dos senadores, Antero Paes de Barros informou ao Plenário que todos os eleitos haviam encaminhado à Mesa comunicação contendo o nome parlamentar e a filiação partidária. O presidente convocou então a segunda reunião preparatória da legislatura, para eleição e posse do presidente do Senado para o biênio 2003-2004.

MINISTROS

Dois dos senadores que tomaram posse sábado retornarão ao Executivo: Marina Silva (PT-AC), no cargo de ministra do Meio Ambiente, e Cristovam Buarque (PT-DF), no cargo de ministro da Educação. Eles encaminharam sábado à Mesa comunicados de afastamento.

Tasso Jereissati faz a leitura do compromisso regimental

A convite do presidente da reunião preparatória de posse, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) fez a leitura do compromisso regimental em nome dos 54 senadores eleitos em outubro de 2002, empossados sábado. A última posse coletiva no Senado ocorreu em fevereiro de 1999, quando o compromisso foi lido pelo senador José Sarney (PMDB-AP), eleito presidente da Casa para o biênio 2003/2004.

– Prometo guardar a Constituição federal e as leis do país, desempenhar fiel e lealmente o mandato de senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil – declarou Tasso Jereissati. Em seguida, o secretário da reunião preparatória de posse, senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), procedeu à chamada nominal de cada um dos eleitos para prestar o compromisso regimental.

De pé, cada senador eleito para a 52ª Legislatura pronunciava a



Entre Mozarildo (E) e Antero (D), Jereissati lê o compromisso reafirmado pelos senadores empossados

frase “assim o prometo” ao ter o nome chamado por Mozarildo. O procedimento seguiu a ordem de antiguidade dos estados, tendo sido os senadores pefelistas Antonio Carlos Magalhães e César Borges, representantes da Bahia, os primeiros a confirmar o compromisso. O último senador a fazê-lo foi Arthur Virgílio Neto (PSDB), eleito pelo Amazonas.

Após o juramento individual dos parlamentares, Antero Paes de Barros fez novamente a leitura dos nomes dos senadores eleitos, com a indicação dos respectivos estados, declarando-os investidos do mandato de senador. Parte integrante da sessão de posse, o compromisso regimental durou pouco mais de dez minutos.

Tebet se diz honrado por passar o cargo de presidente a Sarney

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou sentir-se honrado por transmitir o cargo de presidente da Casa ao senador José Sarney (PMDB-AP). “Passo o Senado da República para as mãos de quem já presidiu o país e já presidiu esta Casa, para as mãos competentes e hábeis do presidente José Sarney, eleito soberanamente.”

Tebet disse ter exercido o cargo “com profundo sentimento cívico” e “com profunda dedicação”. Ele agradeceu a todos os senadores a colaboração que recebeu para a realização dos trabalhos durante sua gestão.

O representante sul-mato-grossense se disse satisfeito com o trabalho que realizou. E lembrou que a satisfação era ainda maior por passar o cargo, no que chamou de “coroamento dos trabalhos”, ao senador José Sarney.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessaenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Sarney: Senado cumprirá sua missão histórica

Novo presidente da Casa diz que o Congresso deve estar preparado para a transparência da atividade política e ter sua própria agenda, além de fazer as reformas da Previdência e tributária

Em seu discurso de posse na presidência do Senado, o senador José Sarney disse que a instituição deve estar preparada para a nova realidade advinda da informatização, “a realidade da transparência da atividade política”. O novo presidente afirmou ser possível fazer as reformas da Previdência e tributária, consideradas prioritárias pelo novo governo, mas disse também que o Congresso deve ter sua própria agenda, e esta deve começar pela reforma política.

– Vamos construir modernas instituições, que não aniquilem os partidos, que não rebaixem a política a um cartório de registros de candidatos nas eleições – afirmou, lembrando que o voto uninominal proporcional, por ser considerado prejudicial à democracia, já foi abolido em todos os países, com exceção do Brasil.

Segundo Sarney, basta vontade política para que se façam as reformas previdenciária – “destinada a evitar a quebra do Estado” – e a tributária – por meio da qual se poderá modernizar a arrecadação, combater a sonegação e a evasão fiscal e, ao mesmo tempo, “fazer com que todos paguem”. De acordo com o parlamentar, espera-se que Senado e Câmara realizem um trabalho conjugado, levando a opinião pública a perceber nesta 52ª Legislatura “um dinâmico e criativo tempo de construção e de serviços prestados ao país”. Isso será possível, conforme o presidente do Senado, porque ele está “perfeitamente sintonizado” com o presidente



Ao assumir a Presidência do Senado, José Sarney defendeu uma agenda própria do Congresso, começando pela reforma política

da Câmara, deputado João Paulo (PT-SP).

– Desejo que esta legislatura corresponda ao espírito de responsabilidade que nos domina e assegure o clima de confiança e a estabilidade do país. O Senado, garanto, será um dos pilares deste momento político e cumprirá sua missão histórica de harmonizar conflitos e buscar sempre e em tudo atender o interesse público – afirmou.

O presidente do Senado observou que o computador, hoje, “conecta todo o mundo e instantaneamente fornece as informações”, transformando o Estado e a política. Segundo ele, “o Estado tradicional é substituído pelo Estado em rede, construído a partir da mundialização do capital, da multilateralização dos poderes institucionais e da descentralização da autoridade”.

– É indispensável a nossa capacidade de estarmos preparados para essa nova realidade, a realidade da transparência política – disse.

– disse.

HISTÓRIA

O senador lembrou sua experiência política, como parlamentar federal mais antigo e também como ex-presidente da República, para destacar sua legitimidade ao ocupar, mais uma vez, a Presidência do Senado e do Congresso Nacional. Lembrou ser o último remanescente da legislatura de 1955-1959, exercendo a atividade parlamentar há 48 anos. Senador já no quarto mandato, recordou ter se afastado do Congresso apenas para ser governador do Maranhão, em 1965, e para exercer a Vice-Presidência e a Presidência da República, entre 1985 e 1990.

– Já exerci todas as funções de representação e encargos políticos. Deputado, governador, senador, vice-presidente e presidente da República. Líder, presidente de partido, líder de oposição e de governo. Em todos os postos tive presente a consciência moral dos meus deveres, tomei decisões e

certamente cometi erros e logrei acertos – afirmou.

Sarney enfatizou que há mais de 170 anos o Senado se reúne para dar continuidade ao governo democrático, com a renovação das legislaturas. Arrolou nomes de senadores ilustres, como Caxias, Campos Sales, Afonso Pena, Juscelino Kubitschek, Getúlio Vargas e Tancredo Neves, terminando por citar Rui Barbosa, ainda representado no Plenário com seu busto em bronze: “O senador é a personificação efetiva de um estado”.

O novo presidente do Senado salientou os dogmas que devem nortear a atuação dos senadores: transparência, moralidade, eficiência e trabalho. Lamentou que a sociedade ainda tenha do Congresso a visão do “Parlamento do discurso”, segundo ele “apenas uma das formas de fiscalização exercida pelos parlamentares”. Afirmou que os parlamentares devem “questionar governos, costumes, hábitos, práticas, pessoas, condutas e o próprio Parlamento”.

Para Sarney, “a base da política é a confiança, e o Brasil pode confiar”. Ele afirmou haver, no Congresso e no meio político, “a consciência de que vivemos um tempo novo de construção”. A biografia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é, na visão do presidente do Senado, “uma referência do Brasil para o mundo democrático”. Segundo ele, “torna-se possível vislumbrar a construção de um pacto social com a diminuição das tensões, com a compreensão das elites de que é hora de ceder espaços para ganhar o

principal, que é a paz social”.

– Fui persistente no desejo de ocupar este cargo, pelo fascínio que me desperta e estimula o momento atual da vida brasileira, pela convicção de que posso concorrer com uma boa parcela de minha vivência, solidificada em quase meio século de atuação parlamentar, em favor do Senado Federal, do Congresso Nacional e do nosso Brasil – disse Sarney, que agradeceu a contribuição do senador Renan Calheiros (AL) para a unificação do PMDB em torno de seu nome e também ao ex-presidente Ramez Tebet (PMDB-MS), “pelos serviços prestados ao Senado”.

IDÉIAS

Logo após assumir a Presidência do Senado, cargo para o qual foi eleito com 76 votos favoráveis, o senador José Sarney afirmou, em entrevista, que o momento é de grande responsabilidade e que nos próximos anos o Senado debaterá grandes temas e idéias.

– É o momento de enfrentar reformas que vêm se arrastando há anos – disse, referindo-se às reformas tributária e da Previdência, duas das prioridades apontadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para este ano.

Sobre o relacionamento do Senado com o governo federal, José Sarney afirmou que será de independência entre os Poderes, como determina a Constituição federal, mas “em absoluta harmonia”.

– Vamos colaborar pautados pelas vontades políticas do Executivo e do Legislativo – declarou.

Novo presidente obteve 76 votos favoráveis e recebeu o cargo de Ramez Tebet



Sob aplausos, José Sarney dirige-se à Mesa após ter sido eleito para presidir o Senado no biênio 2003-2004

Com 76 votos favoráveis, o senador José Sarney (PMDB-AP) foi eleito sábado presidente do Senado Federal para o biênio 2003-2004. A votação foi realizada por meio do painel eletrônico, conforme acordo de lideranças anunciado pelo presidente da segunda reunião preparatória da nova legislatura, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), que destacou a preservação do sigilo do voto e a agilização do processo propiciados por esse tipo de votação.

Dos 81 senadores, 79 votaram.

Houve dois votos contrários a Sarney e uma abstenção. Não participaram da votação a senadora Heloísa Helena (PT-AL), que não compareceu ao Plenário, e o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE).

A reunião começou às 11h50. Antes da votação, o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), pediu a palavra para comunicar a indicação, pela bancada, do nome de José Sarney para a Presidência do Senado. Calheiros destacou que, com essa escolha, o PMDB demonstrava que está sintonizado com o

momento histórico vivido pelo país e buscando a unidade das diversas correntes do partido.

Às 12h01 foi encerrada a votação e proclamado o resultado, sob aplausos do Plenário. Antero Paes de Barros convidou, então, o ex-presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), para transmitir o cargo a Sarney. Tebet considerou o gesto “uma generosidade” e disse que, durante 16 meses, presidiu “os destinos da Casa” com profundo sentimento cívico e com dedicação.

Nova Mesa é eleita por acordo entre os partidos

Chapa única indicada pelas lideranças partidárias, conforme participação de cada bancada na composição do Senado, recebeu 79 votos favoráveis. Após a posse, foi convocada para o dia 17 a sessão que marca reinício dos trabalhos

A Mesa do Senado para o biênio 2003/2004 foi eleita sábado com apenas um voto contrário e empossada logo após a divulgação do resultado. Como houve acordo entre os líderes dos diversos partidos, a votação, secreta, foi realizada em bloco, já sob a presidência de José Sarney. Os senadores utilizaram o painel eletrônico para eleger a chapa integrada por dois candidatos a vice-presidente, quatro secretários e quatro suplentes de secretário. Dos 80 presentes, 79 votaram a favor dos candidatos indicados. Não houve abstenção.

Foram eleitos e empossados como integrantes da Mesa os senadores Paulo Paim (PT-RS), no cargo de 1º vice-presidente; Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), no de 2º vice-presidente; Romeu Tuma (PFL-SP), no de 1º secretário; Alberto Silva (PMDB-PI), no de 2º secretário; Heráclito Fortes (PFL-PI), no de 3º secretário; e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) no de 4º secretário. Os suplentes de secretário escolhidos foram os senadores João Alberto Souza (PMDB-MA), Serys Slhessaenko (PT-MT), Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) e Marcelo Crivella (PL-RJ).



Senado elegeu nova Mesa numa votação em bloco, já que houve acordo entre os diversos partidos para escolha de chapa única

Após a posse da nova Mesa, o 1º secretário, Romeu Tuma, fez a leitura do expediente, no qual constou a indicação, pelos partidos, de suas lideranças no Senado. Os líderes escolhidos foram Tião Viana (AC), pelo PT; Renan Calheiros (AL), PMDB; José Agripino (RN), PFL; Arthur Virgílio (AM), PSDB; Jefferson Péres (AM), PDT; Magno Malta (ES), PL; Antonio Carlos Valadares (SE), PSB, e Fernando Bezerra (RN), PTB.

Outro comunicado lido por Tuma foi o relativo ao ingresso dos

senadores Mozarildo Cavalcanti (RR) e João Batista Motta (ES) no PPS. Mozarildo foi indicado como líder do partido no Senado. Os líderes do PT, PSB, PTB e PL informaram sobre a constituição de um bloco de apoio ao governo, e a senadora Marina Silva (PT-AC) comunicou seu afastamento para voltar a exercer o cargo de ministra do Meio Ambiente. Ao final da reunião, Sarney convocou uma sessão solene do Congresso para o dia 17, às 16h, destinada à instalação dos trabalhos da nova sessão legislativa.

Paim defende diálogo com independência

O novo 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), afirmou sábado, em entrevista à imprensa, logo após a cerimônia de posse dos senadores e a eleição da nova Mesa, que a legislatura que se inicia deverá ser marcada pelo diálogo e pela busca do consenso. Ele disse que acredita em um bom relacionamento entre o Legislativo e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ressaltando a importância de manter-se a independência entre os poderes.

— No cargo de 1º vice-presidente, vou defender a independência do Legislativo e atuar no sentido de o Senado adotar propostas que representem aquilo que seja melhor para o país — afirmou o senador, acrescentando que irá utilizar sua experiência na 3ª Secretaria da Câmara para cumprir suas delegações na Mesa do Senado.

Ele elogiou a nova composição da Mesa da Casa e lembrou que os

nomes foram escolhidos de forma consensual e estritamente de acordo com o critério da proporcionalidade partidária. Em sua opinião, esse também será o clima da indicação dos nomes dos presidentes das comissões, o que ocorrerá ainda este mês.

Paulo Paim informou ainda que já conversou com o presidente do Senado, José Sarney, e com os demais membros da Mesa para acertarem a realização de reuniões constantes e periódicas para que se cumpra a intenção de aprovação rápida das matérias urgentes e necessárias para o Brasil, desde que resultantes de acordos e negociações entre as lideranças.

Sobre o cenário político futuro, Paim disse não crer que o presidente Lula irá enfrentar oposição forte no Senado, pois entende que o governo atuará coerentemente com as propostas defendidas pelo Partido dos Trabalhadores e com aquilo que convém ao país.



Paim: legislatura deverá ser marcada pelo diálogo e pela busca do consenso

Paulo Paim é gaúcho, tem 52 anos, é filiado ao PT e cumprirá seu primeiro mandato como senador, tendo atuado como deputado federal por quatro mandatos consecutivos (16 anos), desde 1986. Começou sua vida política como líder sindical, foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas por duas vezes e da Central Estadual de Trabalhadores do Rio Grande do Sul.

Eduardo quer colaborar na consolidação da democracia

O 2º vice-presidente do Senado Federal, senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), disse que sua atuação na Mesa terá como objetivo colaborar com a gestão do presidente José Sarney para a construção de um Senado que justifique seu papel no cenário nacional de consolidação da democracia brasileira.

Eduardo Siqueira Campos manifestou o desejo de participar “desse momento bonito da democracia”, no qual houve uma passagem tranqüila de governo. O senador reconhece que há uma grande expectativa em torno da legislatura que se inicia. Ele observou que o país atravessa uma



Na opinião de Eduardo Siqueira Campos, o país vive “um momento bonito da democracia”

fase de transição e que, como parlamentar do PSDB, tem a responsabilidade de ajudar a consolidar essa transição.

Atribuições de cada cargo são definidas pelo Regimento

Além de discorrer sobre a composição e a eleição da Mesa, o Regimento Interno do Senado relaciona as atribuições do presidente, dos dois vice-presidentes e dos quatro secretários. Na condição de representante máximo da instituição, cabe ao presidente do Senado a maior lista de tarefas, 35 ao todo, caracterizada também pelo grau de importância e responsabilidade inerente às decisões.

No topo das atribuições do presidente, figuram os compromissos de velar pelo respeito às prerrogativas do Senado e às imunidades dos senadores e de convocar e comandar as sessões da Casa e as sessões conjuntas do Congresso. Também lhe compete impugnar proposições que considere contrárias à Constituição federal, às leis ou ao Regimento Interno.

Enquadra-se ainda nesse rol a missão de dar posse aos senadores; convocar suplente de senador; propor ao Plenário a indicação de senador para desempenhar missão temporária no país ou no exterior, bem como a formação de comissão para representação externa; promulgar as resoluções do Senado e os decretos legislativos;

presidir as reuniões da Mesa e da Comissão Diretora.

Ao 1º vice-presidente cabe substituir o presidente nas suas faltas ou impedimentos e ainda promulgar, quando o presidente da Casa não o houver feito, projeto de lei objeto de veto do presidente da República que não tenha sido por ele promulgado. Já ao 2º vice-presidente compete substituir o 1º vice nas faltas ou impedimentos.

Das dez atribuições relacionadas ao trabalho do 1º secretário, destacam-se ler os pareceres das comissões, as proposições apresentadas e outros documentos incluídos no expediente da sessão plenária; assinar, depois do presidente da Casa, as atas das sessões secretas; rubricar a listagem especial com o resultado da votação por meio do painel eletrônico. Em linhas gerais, está em suas mãos o comando dos procedimentos administrativos do Senado.

Enquanto ao 2º secretário compete lavrar, ler e assinar, em conjunto com o 1º secretário, as atas das sessões secretas, aos 3º e 4º secretários reserva-se a contagem de votos em verificação de votação e o apoio ao presidente na apuração das eleições.

Para Heráclito, reformas são prioridade do Senado

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI), eleito para ocupar o cargo de 3º secretário da Mesa do Senado no biênio 2003-2004, declarou que a grande prioridade da legislatura que se iniciou no sábado são as reformas tributária e previdenciária. Ele considera que o momento é propício à discussão dos temas, tendo em vista que já foram anunciados como prioritários pelo governo federal.

— Os desafios na próxima legislatura não são exclusivamente da Mesa. O grande desafio é do país. Precisamos votar as reformas que o PFL defende há oito anos. Agora chegou a grande oportunidade, até porque temos a adesão do PT às nossas teses. Estou animado e quero acreditar que vamos ter, o mais rapidamente possível, essas reformas. O Brasil precisa muito dessas reformas e espera por elas há muito tempo. Já está provado que, sem elas, o país paga um preço mais alto a cada dia — afirmou Heráclito.

O senador, que deixou a Câmara dos Deputados, onde exerceu a Vice-Presidência, afirmou que se considera um aluno, pronto para aprender o funcionamento do Senado Federal. Na sua opinião, não é possível comparar a estrutura das duas Casas.



Heráclito Fortes: “Está provado que, sem as reformas, país paga um preço mais alto a cada dia”

— A Câmara e o Senado são Casas distintas. A única vantagem que eu levo (por ter sido deputado) é de não ser um senador inexperiente. Trago comigo todo o patrimônio adquirido na minha convivência na Câmara. Agora, aqui, eu preciso aprender. O Senado é outra coisa. Aquele que acha que, por ter sido deputado, sabe tudo e que vai entrar no Senado como professor está enganado. Esta é uma Casa para se aprender — disse.

Ele elogiou os entendimentos partidários que levaram à composição da Mesa e à eleição do senador José Sarney (PMDB-AP) à Presidência do Senado. Segundo afirmou, na grande maioria, as decisões foram tomadas de maneira consensual.

Sérgio Zambiasi dedica atenção aos projetos sociais

“A reforma da Previdência não pode ser feita com açodamento. Ela deve respeitar questões como direitos adquiridos e expectativas de direito”, disse no sábado o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que assumiu a 4ª Secretaria da Mesa do Senado Federal.

O senador pretende ter uma atuação importante nos debates sobre as modificações no sistema previdenciário brasileiro.

— Venho para colaborar. A Previdência é uma área muito sensível e temos que ter cuidado nessas discussões — alertou Zambiasi.

Os planos do parlamentar no Senado deverão estar voltados para projetos sociais, com estímulos ao voluntariado e a parcerias com o chamado Terceiro Setor. Zambiasi defende, por exemplo, uma lei de inclusão social, com a adoção de incentivos fiscais para quem investir nessa área.

— Precisamos dar instrumentos às entidades para que elas conti-



Sérgio Zambiasi diz que reforma da Previdência deve respeitar direitos adquiridos

nem acolhendo os desamparados, as crianças em situação de abandono e os portadores de deficiência — disse Zambiasi.

O novo 4º secretário considera um “bom desafio” assumir um lugar na Comissão Diretora já no seu primeiro mandato no Senado. Ele afirmou trazer na sua bagagem a experiência como presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Tuma acredita em relação ética com o governo Lula

Senador defende constante diálogo, principalmente quando estiverem em jogo alterações que afetem toda a sociedade

O senador Romeu Tuma (SP), indicado pelo PFL para assumir a 1ª Secretaria do Senado, acredita que o novo Congresso Nacional terá uma relação ética, respeitosa e de colaboração com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para isso, observou o senador, o governo terá que manter um constante diálogo com o Parlamento, principalmente quando estiverem em jogo profundas alterações nas leis vigentes e que mexam com toda a sociedade.

Como exemplo, Romeu Tuma citou as reformas tributária e da Previdência. A seu ver, após a posse, o governo deve abrir ampla discussão com senadores e deputados sobre como pretende conduzir as reformas e quais os primeiros passos a serem dados. Somente dessa maneira, disse, os parlamentares poderão tomar conhecimento das alterações propostas, “o que facilitará as discussões no Congresso Nacional em torno das duas polêmicas matérias”.



Romeu Tuma promete administrar o Senado com transparência

Sobre o programa Fome Zero, Romeu Tuma foi enfático: o combate à fome e à miséria proposto pelo governo Lula “veio pra valer”. Ele considera acertada a decisão do governo de atender emergencialmente as populações mais pobres, mas entende ser necessária a criação de novos projetos destinados a dar ao cidadão condições de prover a sua própria subsistência.

— Só assim poderemos respeitar ao mandamento divino, qual seja, ganharás o pão com o suor

do teu rosto — afirmou Tuma.

Ex-corregedor do Senado e ex-presidente da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou o roubo de cargas no país, Romeu Tuma, 71 anos, assume a 1ª Secretaria do Senado com uma missão: administrar a Casa com transparência. Ele previu que o trabalho será intenso, já que o cargo de 1º secretário representa “uma espécie de prefeitura do Senado”.

Romeu Tuma reconheceu que sentirá falta dos trabalhos das comissões permanentes — o Regimento Interno do Senado impede que os membros da Comissão Diretora integrem outras comissões permanentes —, mas disse que, se convocado, irá participar ativamente das comissões especiais, como as CPIs.

De acordo com o Regimento Interno, compete ao 1º secretário zelar pela administração interna da Casa, despachar a matéria do expediente que lhe for distribuída pelo presidente e, entre outras atribuições, encaminhar todas as proposições distribuídas às comissões.

Alberto Silva colabora no combate à fome

Após a sua eleição para o cargo de 2º secretário na Mesa do Senado, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) declarou que, juntamente com os demais integrantes do colegiado, irá empreender esforços para que o Senado possa atender aos anseios da população da melhor maneira possível.

— Essa deverá ser a atuação da Mesa. Em seu discurso, Sarney (eleito presidente do Senado) colocou o Senado e o Congresso como parte de uma grande tarefa de servir ao país. Esta é a posição que devemos tomar: em favor da população brasileira. Estamos na Mesa para isso. Me sinto orgulhoso de fazer parte da Mesa depois de fazer parte de inúmeras comissões — disse o senador à Agência Senado.

Nesse sentido, Alberto Silva informou que, por meio de contatos com o Palácio do Planalto, demonstrou-se empenhado em contribuir para o combate à fome

no país, em especial na região Nordeste, onde a seca agrava o problema da desnutrição e da falta de emprego.

— Já me coloquei, como brasileiro, senador e engenheiro, à disposição do governo Lula, por intermédio do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, relativamente ao problema do semi-árido nordestino, sobre o qual tenho conhecimento. Estou oferecendo o conhecimento que tenho sobre aquela área para ajudar no combate à fome e numa campanha em favor do emprego e renda, objetivo número um de todos nós. Com isso, a fome passa — afirmou.

O senador avaliou ainda que as negociações para compor a Mesa do Senado foram “democráticas, eficientes e inteligentes”, levando a um equilíbrio das forças políticas que estão representadas no Senado Federal. Alberto Silva previu ainda que as reformas da Previdência e do sistema de tributos



Alberto Silva: esforços para que o Senado possa atender aos anseios da população

do país devem dominar a atenção do Congresso neste ano, mas ele também pede que sejam analisados os projetos que fazem parte da reforma política.

— As reformas que o presidente anunciou devem ser os grandes temas do Congresso neste primeiro ano de governo. Mas quero chamar a atenção para a reforma política. Essa é uma bandeira que o PMDB levanta neste instante.

Tião Viana quer rapidez na votação das reformas

Para líder do PT, além das alterações previdenciária e tributária, são essenciais as mudanças no Judiciário e nas áreas política e trabalhista

O novo líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), disse que está preparado para o “bom combate” com a oposição, representada pelo novo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM).

— Acredito que o debate se dará em alto nível — afirmou.

Tião Viana manifestou a certeza de que será possível encaminhar ainda este ano as duas reformas consideradas prioritárias para o novo governo: a previdenciária e a tributária.

Ele acredita que o novo presidente do Senado, José Sarney, é o homem que melhor representa a base de sustentação do governo no Congresso Nacional.

— O presidente José Sarney participou da campanha, esteve conosco lado a lado em todos os momentos e sempre de-

monstra determinação em dizer que é possível aprovar as reformas — disse o senador.

Além das reformas previdenciária e tributária, é preciso aprovar também as reformas política, trabalhista e do Judiciário, defendeu Tião Viana.

— Ou este país faz as cinco re-

formas, ou não se viabiliza — afirmou.

Viana defendeu a busca de um ponto de equilíbrio por meio do debate com a sociedade, aproveitando o clima em favor das reformas, e o papel do Congresso como tradutor desse sentimento nacional.



Jone de Araújo

Tião Viana conversa com Cristovam Buarque antes da sessão de posse



José Cruz

José Agripino disse que bancada pefelista rejeitará propostas que contrariem o programa do partido

Agripino afirma que PFL fará oposição responsável

O líder do PFL, senador José Agripino Maia (RN), disse que seu partido vai fazer uma oposição responsável, “e não raivosa”, ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com base no programa do partido. “O tom da nossa oposição já foi dado na votação da minirreforma tributária, em dezembro: votamos a favor de alguns pontos que consideramos corretos e contra outros, que eram contrários ao programa do PFL, como aumento de tributos”, afirmou Agripino.

O senador enumerou os pontos em que o PFL vai basear sua postura em relação ao governo: “Votaremos contra tudo o que sig-

nificar violação das liberdades individuais, aumento de quaisquer tipos de tributos, intervenção indevida na atividade econômica, tudo o que for contra a economia de mercado ou prejudique o setor produtivo, qualquer interrupção ou retrocesso no programa de privatizações. Enfim, será uma oposição programática e pontual, mas nunca sistemática ou raivosa”, garantiu Agripino.

Sobre as reformas anunciadas como prioritárias, a da Previdência, a tributária e a político-eleitoral, o líder do PFL comentou que é preciso examinar detalhadamente as propostas que serão apresentadas pelo governo.

Arthur Virgílio anuncia que PSDB vai fiscalizar andamento do Fome Zero

O senador Arthur Virgílio Neto (AM), novo líder do PSDB na Casa, anunciou que irá ao município de Guaribas, no Piauí, para fiscalizar o andamento do programa Fome Zero, identificando os erros e os acertos. Ele ressaltou que seu partido não deixará de denunciar contradições, corrupção e incoerências do governo.

O PSDB, segundo Arthur Virgílio, fará oposição “firme e nítida” ao Executivo, mas “sem chutes na canela”. Ele disse que o seu partido não postula posições no governo, pois o único cargo que interessa à sua agremiação é o de Luiz Inácio Lula da Silva, e, acrescentou, este lugar o PSDB conquistará em 2006, nas urnas.

Arthur Virgílio explicou que o PSDB fará fiscalização implacável, mostrando os erros do governo, mas também reconhecendo os acertos.

— Não vamos torcer pelo pior para ganhar as eleições. Vamos vencer demonstrando que podemos ser ainda melhores — afirmou ele.

O senador manifestou sua satisfação diante da adoção, pelo governo Lula, das teses macroeconômicas do governo de Fernando Henrique Cardoso.

— Foram eles que mudaram, nós permanecemos os mesmos — garantiu.

O representante do Amazonas alertou para os tempos difíceis que poderão ser enfrentados pelo país, em função da possível guerra entre os Estados Unidos e o Iraque, e suas conseqüências sobre o petróleo e o comércio internacional.

— Torço para que isso não aconteça, mas o governo brasileiro precisa se preparar para tal cenário —

recomendou.

Arthur Virgílio se declarou um incansável batalhador pela aprovação das reformas previdenciária e tributária no Congresso e solicitou que elas sejam enviadas o mais breve possível, para permitir ampla discussão entre os parlamentares.

Para o senador, o Brasil estaria em melhor situação econômica e social se o PT não tivesse inviabilizado as propostas do governo de Fernando Henrique.

— Hoje todos reconhecem esses fatos, mas não vamos pagar na mesma moeda: vamos ajudar — concluiu.



Genaldino Magalhães

Arthur Virgílio Neto, ao lado de Lúcia Vânia, durante a reunião em que foram empossados os novos senadores



José Cruz

Antonio Carlos Valadares afirma que, com sua experiência, Sarney dará grande contribuição ao governo

Valadares apóia mudanças pretendidas pelo Executivo

As reformas tributária e da Previdência, prometidas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, são o grande desafio que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados têm pela frente, na opinião do senador Antonio Carlos Valadares (SE), líder do PSB no Senado. O parlamentar lembrou também a importância da aprovação das reformas eleitoral e do sistema político e partidário, para que a democracia alcance a sua plenitude.

Valadares elogiou a eleição do ex-presidente da República José Sarney para a Presidência do Senado, a quem classificou como “um homem experiente, capaz, competente, que tem tudo para

tornar não só eficiente a ação legislativa, como também dar a sua contribuição para o governo Lula”. Na opinião do senador, Sarney deverá contribuir para que o governo Lula possa dar uma nova configuração ao país, de forma a reduzir as injustiças sociais, oferecendo mais emprego, segurança e bem-estar social.

Formado em Direito e em Química, o sergipano Antonio Carlos Valadares, 59 anos, começou a vida pública como prefeito de sua cidade natal, Simão Dias. Deputado estadual por duas vezes, também foi eleito para os cargos de deputado federal, vice-governador e governador de Sergipe.



Célio Azevedo

Líder do PPS no Senado, Mozarildo espera que Amazônia seja vista como solução de problemas

Mozarildo espera realizar mudanças que o país deseja

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) foi escolhido líder de seu partido no Senado Federal. Segundo o parlamentar, que era do PFL e se filiou ao PPS no último mês, sua bancada apoiará de maneira altiva o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Ele destacou que, embora o PPS conte com apenas três senadores nesta legislatura, o partido manterá a postura de discutir em pé de igualdade com as outras legendas, aliadas ou não, as reformas econômicas e sociais necessárias ao país.

– Daremos evidentemente apoio integral às propostas que o presidente Lula encaminhará ao Congresso, para que sejam efetivamente aprovadas e nós possamos, portanto, realizar as mudanças que o povo demonstrou querer – afirmou o líder do PPS.

Mozarildo disse, ainda, não ter dúvida de que o governo conseguirá maioria para aprovar as reformas encaminhadas ao Congresso. Conforme o senador, os partidos de oposição, como PFL e PSDB, já defendiam muitas dessas propostas de mudança no governo de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, ressaltou o parlamentar, a oposição está adotando uma postura de não ser contra tudo o que vem do governo, mas de analisar caso a caso.

O senador declarou também que, nesta legislatura, espera ver defendida a soberania do Brasil em relação a questões comerciais e à defesa da integridade do território nacional. Ele frisou que, como parlamentar da Amazônia, tem o apoio do PPS para defender uma ação afirmativa. Mozarildo espera que a região amazônica seja vista como solução para muitos dos problemas brasileiros.

PMDB vai apoiar governo Lula na votação de reformas, diz Calheiros

Líder do partido no Senado pede rapidez no envio das propostas, para aproveitar “o capital político que o presidente tem agora”, e lembra que a Casa está com a pauta em dia

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), afirmou no sábado que seu partido vai colaborar com o governo Luiz Inácio Lula da Silva na votação, no Congresso, das “reformas necessárias ao país” e sugeriu que elas sejam enviadas aos parlamentares “o mais rápido possível”, para que seja “aproveitado o capital político que o presidente tem agora”.

– O PMDB fará todos os esforços para aprovar as reformas que o país quer. O partido entende que há um consenso nas ruas cobrando as mudanças – observou.

Conforme o líder peemedebista, o presidente Lula terá mais facilidade para encaminhar suas propostas de mudanças do que o ex-

Segundo Calheiros, apoio popular dá a Lula mais facilidade para propor mudanças



Gerardo Magela

– O PMDB vai colaborar, mas não abre mão de um amplo debate sobre as reformas. Nosso partido com certeza irá ajudar a aprimorar as propostas do governo. O país precisa discutir o que se quer mudar e as razões das mudanças – disse.

Calheiros lembrou que o Senado está com sua pauta em dia e todas as matérias importantes que chegam da Câmara dos Deputados têm sido discutidas e votadas com rapidez. No caso da obstrução da pauta por medidas provisórias, o senador acredita que logo após o retorno dos trabalhos parlamentares, em 17 de fevereiro, os partidos se reunirão para que o problema seja resolvido.

presidente Fernando Henrique Cardoso, por causa do apoio popular. “O Congresso é sensível aos

anseios da população e a reforma da Previdência, por exemplo, é hoje quase uma unanimidade.”

Mercadante destaca avanços nas negociações com o partido



Gerardo Magela

Unidade do PMDB no Senado indica evolução do diálogo e clima de cooperação, diz Mercadante

As negociações em torno da participação do PMDB na base de partidos aliados ao Executivo estão evoluindo muito positivamente, de acordo com avaliação do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Segundo ele, a unidade obtida pelo PMDB, que resultou na indicação de José Sarney para a Presidência do Senado, e a formação de uma chapa de

consenso para a Mesa são indicativos de um clima de cooperação.

– Todo este processo (para a participação do PMDB na base do governo) evoluiu muito e sempre foi baseado no diálogo. No Senado já demos um passo neste sentido – disse Mercadante.

O discurso de posse de Sarney, que declarou apoio à tramitação das propostas de reforma a serem apresentadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi bem recebido por Mercadante. O senador paulista lembrou que Sarney foi um aliado de primeira hora do presidente da República, tendo declarado apoio a Lula

no início da campanha eleitoral.

– Ele vai contribuir para que a esperança da sociedade nas propostas do presidente se realize – afirmou Mercadante.

O líder do governo informou que a mensagem presidencial a ser enviada na abertura da sessão legislativa, em 17 de fevereiro, deverá conter a agenda dos projetos de interesse do Executivo. No momento, disse Mercadante, os líderes governistas e os ministros fazem um levantamento dos projetos em tramitação no Congresso, para então definir o envio de propostas ao Legislativo.

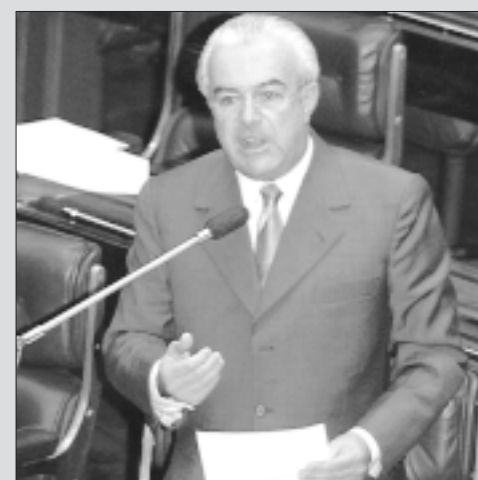
PTB irá compor com base governista, afirma Bezerra

O líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Senado, Fernando Bezerra (RN), afirmou que a posição do partido será de apoio ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A intenção do PTB é trabalhar em harmonia com os partidos da base governista, para permitir que o governo consiga aprovar suas prioridades no Senado.

O senador destacou a importância de discutir amplamente as reformas que o governo petista pretende empreender. Para Fer-

nando Bezerra, temas como a reforma política, tributária e previdenciária devem ser debatidos com toda a sociedade antes de serem transformados em lei.

Para Bezerra, a prioridade nas votações deve ser dada à reforma tributária, de forma a organizar a carga de tributos que pesa sobre a sociedade. Outro tema destacado pelo senador é a reforma da Previdência. Para ele, o Senado deve empenhar-se ainda em discutir e votar uma reforma política que valorize os partidos.



José Cruz

Fernando Bezerra defende amplo debate das reformas com a sociedade

Magno Malta destaca ação do PL nas mudanças do país

Para novo líder do partido, cooperação e sensibilidade existentes hoje irão impulsionar as transformações propostas no programa de Lula

O novo líder do Partido Liberal, senador Magno Malta (ES), disse no sábado, em entrevista à Agência Senado, que a liderança do partido ao qual pertence o vice-presidente da República, José Alencar, irá atuar no sentido de dar uma contribuição significativa à proposta de transformação do país. O senador lembrou que essas mudanças constam do programa do governo Luiz Inácio Lula da Silva e têm muita relevância para o Brasil.

— Espero e acredito que o presidente Lula e o país serão bem-sucedidos na intenção de mudar e de melhorar o Brasil com uma nova visão social. A sensibilidade e a disposição de cooperar que existem hoje e sobre as quais não se ouvia falar há



Segundo Magno Malta, haverá uma oposição construtiva, que servirá de alerta para a atuação do governo

tanto tempo irão impulsionar essas transformações — afirmou Magno Malta, que também assumirá a vice-liderança do governo.

O senador disse que não acre-

ditada em uma oposição “impeditiva” ao governo Lula no Senado. Para ele, a existência da oposição é salutar e representa um bem, pois serve como um alerta para a atuação governamental. “Isso quando a atuação da oposição é positiva e construtiva”, afirmou o parlamentar.

Magno Malta, nascido em Itapetinga (BA), tem 44 anos e é formado em Teologia. Começou sua carreira política em 1993 como vereador de Cachoeiro do Itapemirim (ES) e, em 1994, foi eleito deputado estadual. Iniciou seu mandato como deputado federal em 1998 e na Câmara dos Deputados assumiu a presidência da CPI do Narcotráfico, além de ter atuado na CPI das Obras Inacabadas e na Comissão Mista de Segurança Pública.

Jefferson: Senado deve ser centro de debates

O novo líder do PDT, Jefferson Péres (AM), afirmou que o Senado brasileiro precisa se tornar o centro das discussões do país, com o mesmo poder e atuação do Senado dos Estados Unidos.

— Neste momento em que o Brasil se prepara para enfrentar as consequências de uma possível guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, e a Venezuela, nosso vizinho, se debate numa crise política sem precedentes, o Senado brasileiro precisa fazer valer sua voz, que deve ter igual peso ao das posições defendidas pelo Itamaraty — disse.

Na opinião de Jefferson, temas como dívida pública, política externa, segurança pública e combate ao narcotráfico precisam ser debatidos amplamente no Senado, sem tabus. Para o senador, não se justifica, por exemplo, a proibição de se discutir a descriminação de algumas drogas.

BASE DE APOIO

Jefferson Péres ressaltou que o PDT integra a base de apoio do governo Lula, mas observou que isso não quer dizer concordar

com tudo.

— Não abdicaremos do direito de criticar ou votar contra propostas que não aprovamos — frisou.

O senador apontou as reformas previdenciária, tributária e trabalhista como os primeiros e mais importantes temas que o Congresso Nacional deverá discutir e aprovar. Para ele, a Previdência é uma bombarelógio que precisa ser desarmada, enquanto a reforma tributária é indispensável para o equilíbrio das contas públicas.

— É evidente que os direitos adquiridos de todos precisam ser respeitados, mas é necessário diferenciá-los da expectativa de direito. Também defendendo um sistema universal de aposentadorias para servidores públicos e da iniciativa privada, mas com regras que levem em conta especificidades como curso, contribuições diferentes e FGTS. Não se pode igualar os desiguais, sem regras de transição —



Reformas previdenciária, tributária e trabalhista devem ser prioridades do Congresso, diz Jefferson Péres

explicou.

Jefferson disse, ainda, que os militares devem ficar fora do sistema, tendo em vista a especificidade nítida da carreira. Ele acha que os magistrados podem ser incluídos no sistema único, desde que o teto para aposentadorias seja algo em torno de R\$ 4 mil, com opção para complementação através de fundos previdenciários.

Para Tebet, momento é de grande responsabilidade

Ao chegar ao Senado para a sessão preparatória em que foi empossado para mais um mandato de oito anos, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) resumiu sua passagem de 16 meses pela Presidência da Casa dizendo que tinha “a sensação do dever cumprido”.

Tebet ressaltou que o momento é de grandes responsabilidades para o Congresso Nacional, diante das perspectivas de mudanças e das esperanças da população.

— Este é um momento histórico na vida política do país e todos temos que colaborar. O povo não pode mais ser decepcionado e o Congresso tem consciência disso, de que lhe cabe trabalhar para concretizar os anseios da sociedade brasileira.

O senador demonstrou satisfação por ter conseguido concluir, em clima de tranquilidade



Ramez Tebet: “Sensação de dever cumprido” nos 16 meses à frente da Presidência do Senado

e cooperação entre os parlamentares, o mandato de presidente da Casa.

Para Ramez Tebet, foi também uma honra ter conduzido o Senado num período em que foram votadas matérias como o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns e a regulamentação da edição de medidas provisórias.

Legislatura iniciada sábado termina em janeiro de 2007

A posse dos 54 senadores foi a 52ª da história do Senado e marca o início da nova legislatura, que se encerrará em 31 de janeiro de 2007. Apesar de o mandato de senador durar oito anos, os trabalhos parlamentares da Casa são divididos em períodos de quatro anos, denominados legislaturas, que se diferenciam, essencialmente, pela chegada de novos senadores à Casa e pela eleição da primeira Mesa diretora da legislatura.

O período de trabalho efetivo do Senado, chamado de sessão legislativa, inicia-se em 15 de fevereiro, conforme a Constituição e o Regimento Interno da Casa. Como esse dia cairá em um sábado, a sessão será transferida para o primeiro dia útil após a data, ou seja, dia 17, segunda-feira. A partir de então, os 54 senadores empossados e os 27 remanescentes da legislatura passada (81 no total) darão seqüência à apreciação de matérias já propostas e poderão apresentar novos projetos.

Quando se inicia uma nova legislatura, as proposições antigas são arquivadas, mas algumas ma-

térias, definidas por resolução da Casa, continuam a tramitar. Incluem-se nessa hipótese os projetos de lei, projetos de resolução e requerimentos de senadores que continuam exercendo o mandato ou foram reeleitos. Também serão tratadas da mesma maneira as propostas de emenda à Constituição e os projetos de lei, de resolução e os requerimentos que tenham sido apresentados no ano anterior por todos os senadores.

A legislação determina ainda que os projetos apresentados no decorrer da legislatura que se encerra e que tenham recebido parecer de alguma comissão tramitarão normalmente na seguinte. Para o caso das matérias em tramitação conjunta, se apenas uma das proposições atender aos critérios para continuar tramitando, todas as demais apensadas serão alcançadas pela condição.

A cada nova legislatura também são eleitos novos presidentes para as comissões. As indicações para o cargo nas oito comissões permanentes são feitas pelas lideranças partidárias.